

ATA 013/08 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

Aos 5 dias do mês de junho de 2008, com início as 18:36 horas, realizou-se mais uma Plenária do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, tendo por local o Auditório da Secretaria Municipal da Saúde, na Avenida João Pessoa, 235 com a seguinte proposta de pauta: 1) Abertura, 2) Faltas Justificadas, 3) Avaliação e Votação Ata 11/08, 4) Apresentação dos Pareceres 030/08, 031/08, 032/08, 033/08,, 034/08, 5) Informes. 6) Pauta Principal: a) Pronto Socorro Zona Sul e b) Política de Humanização. Estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: 1) **Nei Carvalho**, 2) **Rejane Haidrich**, 3) **João Batista Ferreira**, 4) **Maria Letícia de Oliveira Garcia**, 5) **Paulo Goulart dos Santos**, 6) **Fabiana Olaves**, 7) **Deoclides Ferreira de Almeida**, 8) **Zilda de Moraes Martins**, 9) **Maria Ivone Dill**, 10) **Maria Encarnacion Morales Ortega**, 11) **Odir Citolin**, 12) **Paulo Antônio Stoelben**, 13) **Heloisa Helena Rousselet de Alencar**, 14) **René Miguel Alves**, 15) **José Carlos da Silveira Vieira**, 16) **Maria Angélica Mello Machado**, 17) **Alberto Terres**, 18) **Tânia Ledi da Luz Ruschinsche**, 19) **Sandra Mello Perin**, 20) **Débora Raymundo Melecchi**, 21) **Adriana Rojas**, 22) **Ana Cláudia de Paula**, 23) **Isis Azevedo da Silveira**, 24) **Silvia Giugliani**, 25) **Cláudia Feldmann**, 26) **Alcides Pozzobon**, 27) **Roger dos Santos Rosa**, 28) **Rita de Cássia da Rosa Bispo**, 29) **Ana Maria de Araújo Cirne**, 30) **Márcia Nunes**. Os Conselheiros Suplentes presentes eram: 1) **Humberto José Scorza**, 2) **Walmir Labatut**. Justificaram suas ausências, Oscar Paniz e Izolda Machado. A coordenadora MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA inicia a plenária e já encaminha a apreciação e votação da Ata 11/2008. Como não houve nenhuma manifestação referente a correções a ata é encaminhada para votação, sendo aprovada por 17 votos, nenhum contrário e 4 abstenções. Encaminha, na seqüência, a apresentação dos Pareceres da SETEC, que será feito pela Conselheira HELOISA ALENCAR. **PARECER 030/2008 – CENTO DE REABILITAÇÃO VITA. Plano de Aplicação da 15ª Etapa do Programa A Nota é Minha do Governo do Estado do RS, no valor de R\$ 11.809,19.** A Coordenadora MARIA LETICIA solicita se há algum esclarecimento a ser feito e em nada havendo encaminha para votação, sendo o mesmo aprovado por 20 votos favoráveis, nenhum contrário e 2 abstenções. **PARECER 031/2008 – HOSPITAL PARQUE BELEM, Prestação de Contas 13ª Etapa, valor de R\$ 30 951,59. Programa A Nota Solidária. Valor de R\$ 30.951,59. Recursos do Governo do Estado do RS.** É encaminhada a votação e 21 conselheiros aprovam o Parecer, nenhum é contrário e 2 se abstém. **PARECER 032/2008 – HOSPITAL PARQUE BELEM. Plano de Aplicação 14ª Etapa, Programa A Nota Solidária, valor de R\$ 31.730, 24. Recursos do Governo do Estado do RS.** Nada havendo para ser esclarecido é encaminhado à votação, sendo aprovado por 21 votos favoráveis, nenhum contrário e 2 abstenções. **PARECER 033/08 – CEREST – Centro de Referência da Saúde do Trabalhador. Plano de Aplicação de Recursos repassados pela RENAST/2008. Valor de R\$ 1.820.000,00.** Encaminha, a Coordenadora MARIA LETÍCIA, para ver se há esclarecimentos a serem feitos. Inicia com a manifestação do Conselheiro ALBERTO TERRES, do Sindicato dos Municipários, que como o valor é significativo, gostaria que a representante da CEREST explicasse como é gasto este dinheiro e como são fiscalizadas todas as ações. Fala então a Senhora ADRIANA CARVALHO, coordenadora do CEREST, que faz uma síntese rápida do que representa o CEREST e qual é as função. Diz que sua abrangência é para todas as categorias de trabalhadores. Por exemplo, os municipários são atendidos como outra categoria qualquer. Não tem exclusividade. Faz parte da RENAST, Rede Nacional de Saúde do Trabalhador, que é uma Rede formada pelo Ministério da Saúde, que conta com aproximadamente 150 CEREST, no Brasil. Estão localizados nos municípios pólos, que passa a ser referência técnica especializada para um determinado número de municípios. Em nosso caso são 50 municípios da região metropolitana, carbonífera e

51 litoral. A RENAST envia uma verba, mensalmente. Estamos sem receber desde março do
52 ano passado. São R\$ 30 mil mensais, para as despesas de todo serviço e para ser a
53 referência técnica de todos estes municípios. Por isso que ele é um serviço regional e não
54 municipal. Por isso da necessidade do carro, pois temos uma Kombi, que não nos dá a
55 segurança para viajar, conforme o próprio setor de transportes. Temos a necessidade de
56 viajar para, por exemplo, instalar e concretizar a Saúde do Trabalhador em diversos
57 municípios. Trabalhamos basicamente com capacitações e não de atendimento, para que
58 esta Rede se forme. Retoma a Conselheira HELOISA ALENCAR, que falando também
59 pelo Parecer da SETEC. Diz que o Plano não foi lido em seu todo. A SETEC fez um
60 Parecer com todas as ações descritas no Plano, que acabou de ser lido por mim. São 12
61 ações, que vocês estão questionando os valores. Tem um Plano Bial, que é outro
62 Parecer, que é 2008/2009. O que nós vimos é de que este Plano de 2008 está
63 contemplado no Plano Bial. Se os valores estão adequados, na SETEC não houve
64 questionamentos sobre isso. Retorna a manifestar-se a ADRIANA, dizendo que para o
65 Plano de Aplicação temos que colocar os valores que, se parece que colocamos a mais,
66 parece exagerado, mas é isso, pois se temos este 1.800 milhão para aplicar, não
67 podemos colocar valores a menos, pois não temos onde alocar o que sobraria. Tem que
68 ser colocado no Plano. A conselheira SANDRA PERIN, intervem e questiona se não
69 poderia ser usado para pagar a dívida com o Hospital Vila Nova. Diz a ADRIANA que
70 conforme o Ministério da Saúde, este recurso tem de ser aplicado na Saúde do
71 Trabalhador. Manifesta-se o Conselheiro HUMBERTO SCORZA, registrando que uma
72 “briga” permanente neste conselho é a ausência da Saúde do Trabalhador. Outra coisa
73 é sobre a Comissão de Saúde do Trabalhador deste Conselho, que tem de funcionar. Na
74 hora de se criar acontecem disputas, todo mundo quer e, depois, na hora de funcionar,
75 desaparecem. Fala a seguir a Conselheira ZILDA MARTINS, que faz um resgate da
76 história da Saúde do Trabalhador, no Conselho e ressalta da importância da Comissão de
77 Saúde do Trabalhador, de funcionar, o que tem sido muito difícil ultimamente. Manifesta-
78 se novamente a conselheira HELOISA ALENCAR, lembrando aos conselheiros alguns
79 procedimentos em relação ao CEREST e que na última plenária aprovamos, por maioria,
80 o Relatório de Prestação de Contas de 2007, do CEREST. Lembram? Este Relatório
81 mostrava várias das despesas, ainda em andamento. Este é um dos problemas que está
82 sendo falado pela ADRIANA, ou seja, há recurso parado porque ainda não concluíram o
83 pagamento. Tem Prestador de Serviço aguardando pagamento, atrasado. E queria falar
84 também que na última reunião da Comissão de Saúde do Trabalhador, na quarta feira
85 passada, não apareceu ninguém. Somente estava a CECILIA e a ADRIANA, do
86 CEREST. Não veio ninguém. Então é fácil falar depois que a Comissão não funciona. As
87 pessoas que fazem parte da Comissão tem de vir. Propomos nesta reunião com CECILIA
88 e a ADRIANA, que a gente fizesse naquela nossa agenda de Seminário Temático, uma
89 vez por mês, em Setembro, este tema. É uma questão importante que precisa de
90 sensibilização e que precisa de entendimento do que é esta Política Nacional de Saúde
91 do Trabalhador. E se não tem Plano de Aplicação, não tem como gastar dinheiro. É um
92 processo, uma demanda. Houve uma prestação de contas na reunião passada e hoje
93 estamos apresentando o plano para 2008. Fala novamente a Coordenadora do CEREST,
94 ADRIANA CARVALHO, dizendo que não considera que a crítica seja pessoal, a mim, ou
95 ao CEREST, pois temos muita dificuldade mesmo, até a nível de Secretaria, pois cada
96 vez que troca um Gestor, é a dificuldade que as outras Políticas tem, e a nossa mais
97 ainda, por este entendimento de que é regional. Cada vez é mais difícil para a Saúde do
98 Trabalhador, tranca tudo. Temos capacitações feitas e os professores que vieram não
99 receberam. Temos todo este dinheiro, mas não se consegue tirar de lá. A questão é esta,
100 não temos um Plano aprovado até agora. O Secretário também não toma atitude contra

101 isso. O Conselho está atuando bastante nisso, para nós poder executar as ações de
102 2008. Manifesta-se a Senhora INÊS, trabalhadora em saúde, perguntando como ficará o
103 CEREST, não havendo a aprovação do Plano. Responde a ADRIANA que o serviço
104 ficará parado, não terá nenhuma ação. Não tem como ir nos municípios. Não tem como
105 capacitar ninguém. Retoma a Coordenadora MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA,
106 dizendo que no entendimento da Coordenação da Mesa, há a necessidade de que este
107 Plano de Aplicação seja melhor esclarecido em outra Plenária. **O Plenário é consultado e**
108 **há concordância geral de que seja novamente pautada esta discussão, sobre o**
109 **Plano de Aplicação de Recursos repassados pela RENAST, para 2008.** Manifesta-se
110 a Conselheira SILVIA GIUGLIANI, dizendo compreender a necessidade de ampliar a
111 informação, de compreender profundamente o trabalho do CEREST, e lembro que na
112 última Plenária trouxe uma interface que se faz junto da Comissão Municipal de
113 Erradicação do Trabalho Infantil, exatamente anexado ao Plano estava a capacitação
114 para 600 profissionais inter secretarias. Temos mais de 500 crianças exploradas, de
115 várias formas, na cidade, fora a região metropolitana. Peço que a pauta seja muito breve
116 para que a gente possa dar andamento porque isso está anexado com uma série de
117 outras ações, em outras instâncias. Retoma a MARIA LETÍCIA dizendo então que num
118 menor tempo possível estaremos encaminhando para este Plenário este Plano de
119 Aplicação do CEREST. Dentro do mesmo assunto manifesta-se a Senhora ELIANA
120 CARVALHO, trabalhadora em saúde. Diz que não lembrar de nunca ter passado, entre os
121 trabalhadores, esta discussão com relação a aplicação destes recursos. Então dizer que
122 não votar vai empacar, não. Dizer que vai empacar porque não executou recurso de
123 2007. Uma coisa que nós não discutimos e vem para aprovação. Não foi construído.
124 Temos que aprender a fazer Controle Social. Manifesta-se a Coordenadora do CEREST,
125 dizendo que a preocupação fundamental não é a financeira e sim com as Ações, pois
126 estas sim trazem repercussão para os trabalhadores. Na verdade estamos punindo os
127 trabalhadores. Fala a Conselheira HELOISA ALENCAR, alertando à ELIANA que o
128 Projeto tramitou normalmente, quando era a ZILDA a Coordenadora. Este projeto não foi
129 discutido na Comissão de Saúde do Trabalhador, porque ela simplesmente não existe.
130 Estamos remando para que ela funcione. Os conselheiros não vêm nas reuniões. O
131 projeto foi analisado na SETEC, em três reuniões, com o CEREST. O Projeto tramitou
132 dentro dos fluxos estabelecidos pelo Conselho. A Plenária, com certeza, tem o direito de
133 perguntar tudo. Retoma a Coordenadora MARIA LETICIA, dizendo então que esta pauta
134 retornará em próxima plenária possível. O mais rápido possível. E, portanto o Parecer
135 034/08 – Plano de Ação Bienal, 2008/2009, fica prejudicado. Retomando aos informes, a
136 Coordenadora MARIA LETICIA, dá retorno sobre o Hospital Vila Nova, onde tínhamos 5
137 pontos, que eram, faríamos o pagamento do Termo de Recebimento do Pagamento de
138 Indenização Administrativa de setembro de 2007 a fevereiro de 2008, no valor de R\$
139 360.000,00. O mesmo Termo de março a maio de 2008, condicionado a prestação de
140 contas do hospital, com a formalização do término do Convênio. O terceiro ponto era o
141 documento do Ministério da Saúde, orientando a forma de destinação deste recurso. O
142 quarto ponto era o prazo do trâmite do pagamento, até 2 de maio de 2008. O quinto
143 ponto era o prazo para a concretização do convênio e que deveria passar pela Comissão
144 de DST-AIDS, SETEC, Gerência de Regulação e Hospital Vila Nova até 1º junho de 2008.
145 Como isso não ocorreu, a Comissão de DST-AIDS reuniu com todas as outras
146 representações, com exceção da Gerência de Regulação. Neste período o Conselho
147 comunicou à Promotora ANGELA ROTUNNO, que nos chamou para duas reuniões,
148 solicitando inclusive, a presença da Gestão da Gerência de Regulação, que não
149 compareceu na reunião de 21 de maio. Houve uma nova reunião em 28 de maio onde o
150 Senhor JAMES compareceu, comprometendo-se que até o dia 2, que era o prazo para a

151 assinatura do Convênio, haver representação da Gerência de Regulação nesta reunião.
152 Isto não ocorreu. A reunião foi no dia 2, com todos os membros, com exceção novamente
153 de Gerência de Regulação Foi decidido passar a informação ao Ministério Público, que
154 acompanha o processo. Esperamos então a manifestação. Hoje recebemos um ofício do
155 Hospital Vila Nova, que oficia o Secretário da Saúde, relatando este histórico e dizendo
156 da sua vontade de continuar. Outro assunto. Retorno sobre assinatura do Convênio da
157 ULBRA no IAPI. Na plenária passada recebemos a cópia do convênio, no momento em
158 que solicitamos. Quero registrar que há uma falha no Convênio. As pessoas que assinam
159 o mesmo são a Dra. MERCEDES RODRIGUES, o Dr. ELISEU SANTOS, e a ULBRA.
160 Porém o Secretário que é citado no início dos termos do convênio é o Dr. PEDRO GUS.
161 Então terá de se refazer o Convênio, que deve ter passado pela Procuradoria Geral do
162 Município. Outra informação. Ontem, na reunião do Núcleo de Coordenação, tivemos a
163 presença da Dra. IRMA, coordenadora da Saúde Mental. Que apresentou uma proposta
164 de convênio, que está no envelope que vocês receberam, em relação aos CAPS AD e
165 Emergência Em Saúde Mental, no IAPI. O fluxo dele é de que passe pela Comissão de
166 Saúde Mental e SETEC e após seja encaminhado para a Plenária. Intervenem a Conselheira
167 SILVIA GIUGLIANI alertando que na Proposta do Convênio ela fala em Plano de Trabalho,
168 que não está anexado ao que foi nos apresentado. Fala a Dra. ANA MARIA CIRNE,
169 lembrando que na reunião de ontem, do Núcleo, a Dra.. IRMA disse que esta parte não
170 estava pronta ainda e que vai entregar até ir para a discussão, na Plenária. Retorna a
171 MARIA LETÍCIA, referindo-se agora sobre o Regimento Interno do Conselho Municipal de
172 Saúde. Nós havíamos determinado um prazo até 30 de abril passado para que
173 houvessem as contribuições para fazer-se as reparações necessárias no Regimento. O
174 Gestor encaminhou duas propostas e alguns conselheiros colocaram algumas questões.
175 Conforme o nosso Regimento temos 30 dias para colocar em debate e então estamos
176 marcando a data de 10 de julho próximo, para fazermos uma Plenária Extraordinária, onde
177 colocaremos em dia este assunto. Vocês receberam no envelope a Planilha do Relatório
178 de Indicadores do Monitoramento e Avaliação Municipal do Pacto pela Saúde 2008.
179 Ontem o JAMES procurou a Coordenação do Conselho para que pudessemos estar
180 assinando este documento, até pela exigüidade do prazo. Nós, obviamente não
181 assinamos, pois precisa passar pela discussão do Conselho, até porque no ano passado
182 tivemos uma discussão bem acalorada sobre os Indicadores. A proposta é de termos uma
183 Plenária Extraordinária, pois na próxima não tem como. Encaminha o próximo assunto a
184 Coordenadora MARIA LETÍCIA, que é o Plano de Trabalho para a Criação das Equipes
185 de Saúde Bucal em cinco Unidades de Saúde, que tem a Estratégia de Saúde da
186 Família. A idéia é dar ciência à Plenária com relação aos locais onde estão sendo
187 colocadas estas Equipes. As localizações. PSF Divisa, PSF Alto Erechim, PSF Jardim
188 Cascata, PSF Mário Quintana e PSF Timbaúva. Fala, na seqüência a Senhora
189 MÁRCIA, dentista, que trabalha na Política de Saúde Bucal, que fica a disposição para
190 esclarecimentos sobre a proposta. Manifesta-se a MARIA LETICIA, dizendo que ontem,
191 quando falamos em relação a esta questão, estas Equipes seguem um cronograma de
192 prioridades. Já estabelecidos ainda no tempo da Dra. HELENITA. Faz questionamento a
193 Dra. ADRIANA ROJAS, do Sindicato Médico, que pergunta se o valor contratado com o
194 Instituto Sollus será acrescido, incluindo estas equipes de Saúde Bucal. É respondido
195 para a Dra. ADRIANA, pela Senhora MÁRCIA, que a Coordenação de Saúde Bucal não
196 tem nenhuma incidência sobre o Convênio com o Instituto Sollus e a nossa
197 responsabilidade é a implantação das Equipes. Manifesta-se o Senhor HEVERSON
198 VILAR, usuário, da Restinga, que pergunta qual o critério para distribuição destas
199 cadeiras para as regiões, enquanto a nossa macro região tem deficiência neste serviço. E
200 também a situação da criação do CEO (Centro de Especialidades Odontológicas) na

201 Restinga. Manifesta-se o Senhor PEDRO RIBEIRO perguntando também sobre o Centro
202 de Especialidades Odontológicas da Glória/Cruzeiro/Cristal. Fala novamente a Dra.
203 MÁRCIA, dizendo que o Plano de Saúde Bucal já foi apresentado neste Conselho e foi
204 aprovado, no tempo da Dra. HELENITA. Como foram escolhidas estas Unidades? Na
205 época da Dra. HELENITA foi solicitado a cada Gerência Distrital que fizesse um
206 levantamento de quais regiões tinham maiores necessidades de implantação do serviço
207 de Saúde Bucal. Sobre o CEO da Restinga, era um Convênio com a ULBRA, que não
208 aceitou mais assumir este compromisso. A prefeitura não conta com recursos humanos
209 para ampliar este serviço na Restinga. Quanto a Vila dos Comerciários, o CEO de lá está
210 aguardando a regularização da Prestação de Contas da UFRGS, que foi rejeitada pelo
211 nosso financeiro. O Conselheiro JOSÉ CARLOS VIEIRA pergunta se estas cadeiras que
212 estão sendo utilizadas, são as que seriam utilizadas nos Centros de Especialidades
213 Odontológicas? É-lhe respondido que as cadeiras que estão sendo instaladas nos PSF
214 são as que vieram do Ministério da Saúde, para a instalação dos CEOs. Como o convênio
215 com a ULBRA não andou, nós instalamos, para que as cadeiras não ficassem paradas no
216 Patrimônio. Manifesta-se a Conselheira HELOISA ALENCAR dizendo que a ADRIANA
217 ROJAS fez uma pergunta importante, pois os recursos humanos destas 5 equipes são de
218 responsabilidade do Instituto Sollus. Não acredito que serão contratados mais recursos
219 humanos, sem cobrar da Prefeitura. Penso que não temos que aprovar esta proposta
220 enquanto não tivermos a resposta sobre como serão pagos estes novos profissionais.
221 Manifesta-se novamente a Senhora MÁRCIA, afirmando novamente que a sua
222 responsabilidade técnica é pela implantação dos serviços e não tem informação sobre a
223 questão financeira. **A Coordenadora MARIA LETICIA encaminha para votação então
224 a proposta feita pela Conselheira HELOISA ALENCAR de que se aprove estes
225 novos serviços de odontologia, PSF Divisa, PSF Alto Erechim, PSF Mário Quintana,
226 PSF Jardim Cascata e PSF Timbaúva apenas após recebermos a informação sobre
227 se haverá desembolso financeiro da Prefeitura além do já contratado com o
228 Instituto Sollus, que é de R\$ 2. 271.036,05 mensais.** Feita a votação, 24 são
229 favoráveis a proposta, nenhum contrário e 3 abstenções. Segue a Coordenadora e
230 registra que todos os conselheiros receberam um e-mail sobre uma ação que o Conselho
231 está ajuizando contra a Prefeitura Municipal de Porto Alegre solicitando direito de
232 resposta pela divulgação de um “spot” publicado na época da paralisação do Vila Nova,
233 que atribuía ao Conselho Municipal de Saúde a responsabilidade por aquele convênio.
234 Solicitamos que os Conselheiros assinassem a procuração, os que obviamente
235 aceitaram. Estamos no momento de colher as assinaturas e quem no o fez ainda que
236 passe na Secretaria do Conselho para fazê-lo. Continuando, lembra a Coordenadora
237 MARIA LETICIA, que no próximo dia 12 de junho, as 18:30 horas. Haverá continuidade o
238 nosso processo de capacitação de Conselheiros, e teremos um evento que discutirá a
239 Gestão Financeira. Seguindo, encaminha a Coordenadora a apresentação da Pauta sobre
240 o Pronto Socorro da Zona Sul. Inicia a manifestação pela Senhora MARIA HELENA
241 FRANÇA, que faz parte da Câmara Técnica do Hospital Parque Belém e integra a
242 Comissão Pró Hospital de Pronto Socorro Zona Sul. Diz que foi retomada uma luta de
243 mais de dez anos que existe dentro do Hospital. São nove bairros, muito populosos,
244 desassistidos. Hoje temos apenas o Pronto Socorro Municipal e o Hospital Cristo
245 Redentor. Estamos buscando Parcerias e distribuimos a todos vocês um documento
246 onde estamos solicitando a busca da colaboração de entidades. Com gestor municipal
247 tivemos várias tentativas com o Senhor JAMES e sempre temos tido negado. Nossa idéia
248 é promovermos uma mesa redonda, para muito breve, onde pretendemos reunir desde
249 entidades de classe até empresários. Passa a manifestar-se o Senhor IVO FORTES,
250 coordenador da Câmara Técnica do Hospital Parque Belém que vem solicitar à este

251 Plenário que, a partir de hoje, avalie com mais sabedoria, mais competência, este nosso
252 pleito. Lembra de todo um histórico de lutas no sentido de implantar este Pronto Socorro
253 na Zona Sul e mais especificamente no Hospital Parque Belém. A questão de um pouco
254 mais de um ano a nova Gestão da Câmara Técnica entendeu que esta questão deveria
255 ser retomada e é o que estamos fazendo atualmente, trazendo-o novamente ao debate
256 para a população.. Fala a seguir o Dr. CLÁUDIO PEDRO CURRA, que se identifica como
257 Diretor Clínico do Hospital Parque Belém, representando o corpo Clínico. Na
258 impossibilidade do Diretor Geral, Dr. FOSSARI, Diretor Técnico, MAURO SPARTA. Vim
259 representá-los. Como prioridade em minha fala coloco que este anseio é da comunidade.
260 O Hospital está entrando com a infra-estrutura. Há um fato de que há muita centralização
261 para as urgências. No Centro, Bom Fim e Zona Norte. Na Zona Sul, para onde nossa
262 cidade está crescendo, está cada vez mais desassistida, deste tipo de serviço. Este
263 serviço de Emergência seria uma ampliação dos nossos serviços. Portanto o nosso
264 Hospital está a disposição para este anseio da Comunidade e estamos batalhando junto
265 com a Câmara Técnica. Passam às perguntas. Inicia com o Conselheiro NEI CARVALHO
266 registrando que ajudou a montar a Câmara Técnica do Hospital. Naquela época já se
267 falava no Pronto Socorro da Zona Sul. Por parte da comunidade é um trabalho sério, que
268 tem de ser desenvolvido. É um canto da cidade que está desassistido. A minha pergunta,
269 pois não vi Projeto, não vi valores, é de que este carro, para andar, está precisando de
270 muita coisa para funcionar. E falando em estrutura física, sem falar em equipamentos,
271 precisaria em torno de 300 mil reais? Manifesta-se o conselheiro PAULO GOULART,
272 perguntando o que diz o gestor atual, sobre a proposta. Seguindo manifesta-se a Dra.
273 ADRIANA ROJAS, dizendo ser o SIMERS parceiro da idéia, que não a acha arrojada, mas
274 sim factível. A zona sul somente tem aumentado em população. É para onde o município
275 está crescendo. Os serviços que tem lá, já estão sobre carregados. Sobre a área do
276 Parque Belém, apesar de precisar de adaptações ela já tem UTI, tem Serviço de
277 Traumatologia, Neurologia, Neurocirurgia e inclusive está passando por escrito o Projeto,
278 onde tem valores. Seguindo manifesta-se o Conselheiro WALMIR LABATUT, registrando
279 da importância do serviço prestado à comunidade nos últimos anos, sem contar do tempo
280 de Sanatório. Manifesta-se a seguir o Conselheiro ALCIDES POZZOBON, representante
281 dos Prestadores neste Conselho. Diz que a 35 anos se dedica ao Sanatório Belém, sendo
282 um de seus sócios. Assisti todas as transformações e toda a crise porque passamos
283 quando se transformou o Hospital Sanatório Belém, para o Hospital Parque Belém, cuja a
284 sugestão foi feita por mim, numa festa de fim de ano. Atualmente estou triplamente
285 envolvido com Belém Velho. No ano passado fechamos o Balanço com mais de 800 mil
286 negativos, de modo que não brinquemos em serviço. Se não tivermos recursos alocados
287 e específicos para manter funcionando aquele Pronto Socorro, o Sanatório Belém, não
288 vai abrir o Pronto Socorro. Dito isto, me congratulo com o nosso coordenador da Câmara
289 Técnica o IVO FORTES, com a FRANÇA, o Dr. CLÁUDIO. Estamos apoiando este
290 trabalho. Manifesta-se o Conselheiro HUMBERTO SCORZA, lembrando ser morador
291 daquela região e conhecer bastante a história do Hospital. Lembra que neste Conselho
292 defendemos o Sistema Único de Saúde e precisamos ter a garantia de que lá haverá o
293 atendimento pelo SUS, para que não acontece, como em outros lugares, que após
294 instalado o serviço se começa a desviar a entrada do SUS e dar prioridade à outros
295 convênios. Fala a seguir o Conselheiro OLIR CITOLIN, solicitando que o Abaixo Assinado
296 fosse distribuído para todos os postos de Saúde de Porto Alegre, porque, por exemplo, lá
297 na Vila Jardim muita gente foi fazer cirurgia lá, porque não conseguia caminhar e voltaram
298 caminhando. E do interior todo. Falo isso porque vivo isto o dia todo. Manifesta-se o Dr.
299 CLAUDIO TURRA, dizendo que pode garantir que o atendimento será SUS, pois somos
300 uma Instituição Filantrópica e pelos estatutos não podemos diminuir os 60% de

301 atendimento SUS de nossa Instituição. Tem momentos em que trabalhamos até com 72%
302 dos usuários, pelo SUS. Mesmo que eventualmente se possa ampliar a parte de
303 convênios, que é como se pode sustentar o SUS. Quanto a valores, o projeto fala em
304 torno de 200 mil reais para adquirir equipamentos básicos, tipo de ressucitação, etc e
305 em torno de 480 mil para manutenção local e funcionários. Retoma a Coordenadora
306 MARIA LETICIA, que agradece a presença dos representantes da Câmara Técnica do
307 Hospital Parque Belém, em defesa do Hospital de Pronto Socorro da Zona Sul. Este
308 assunto, aqui não se esgota hoje, e sim é sua primeira apresentação e que nos outros
309 momentos poderemos dar inclusive um pouco mais de tempo para esta discussão.
310 Seguindo na Pauta, é encaminhada a apresentação da POLITICA DE HUMANIZAÇÃO
311 DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE. Convido para fazer parte da mesa a Psicóloga
312 JANE KNIJINIK, que coordena a elaboração do Projeto. Antes de esta iniciar a
313 conselheira ANGÉLICA, do Conselho Distrital Norte dá seu informe, registrando que
314 desde fevereiro vem denunciando sobre a falta de médicos na UBS Santa Rosa. É uma
315 comunidade de 80 mil pessoas. Tínhamos 2 clínicos e um dos profissionais pediu para se
316 transferido, e estamos solicitando a reposição e não houve resposta. . Fomos em todos os
317 locais possíveis, e nada aconteceu. Aproveitamos a visita do Prefeito FOGAÇA em uma
318 escola da região, na ultima segunda feira, e falamos com ele. Apesar de ser um assunto
319 de educação, fomos tratar de saúde. Ai fomos informados que para chegar ao Secretário
320 da Saúde, tínhamos de acessar ao Portal da Saúde, e que reuniões do Conselho Local,
321 Distrital, ou municipal não vão chegar ao Secretário Municipal. Queríamos perguntar então
322 se isto é verídico. Se for por isso que o Secretário não nos dá resposta. Ontem, em uma
323 reunião da Distrital Norte a nossa Gerente diz que conhece este Portal, mas não sabe
324 desta informação. Outra questão que quero colocar é de que no horário nobre da RBS TV
325 aparece propaganda, e a gente sabe que no horário nobre é caríssimo, aqueles
326 equipamentos, e até ontem perguntei para a nossa Gerente, pois nenhum Posto da zona
327 Norte tem o que foi apresentado na propaganda. A UBS Santa Rosa este ano faz 30 anos
328 e estamos com 4 funcionários se aposentando. Retorna a Coordenadora MARIA LETICIA,
329 dizendo que sobre a contratação dos profissionais médicos, desde o inicio, o Conselho
330 Municipal de Saúde, em todas as reuniões do Núcleo de Coordenação, solicitou resposta,
331 para onde seriam colocados estes profissionais. Em reuniões com o Dr. MARINON,
332 também colocamos. E nos prometia para a próxima reunião. Ai não tinha a informação
333 porque ainda estavam fazendo uma série de exames e não estavam todos assumindo.
334 Aproveitamos para informar que junto com isso solicitávamos o Plano de
335 Contingenciamento da Dengue. Provavelmente teremos a Dengue em Porto Alegre e nós
336 queremos acompanhar. Desde 26 de março, formalmente vínhamos solicitando e hoje
337 pela manhã, recebemos. Somente lembrando que a Lei 277/92, apesar de alguns
338 problemas, diz que ainda é o Conselho Municipal de Saúde que delibera sobre o assunto
339 na cidade e não o Portal. Retoma a coordenadora MARIA LETICIA a apresentação do
340 Projeto de Humanização. Registra que foi convidada a participar desta reunião a
341 Coordenadora do Conselho de Direitos Humanos de Porto Alegre, MARCELLY MALTA,
342 até por uma iniciativa nossa de fazer um intercâmbio entre as Políticas e os Conselhos.
343 Ela está em Brasília. Não pode comparecer e solicitou que se mandasse um convite
344 para a ONG Igualdade e então chamaria para a mesa o CELIO GOLIN e a MAGALI, que
345 inclusive vem trazer uma denúncia em relação ao que aconteceu com a MARCELLY, no
346 Centro de Saúde Vila dos Comerciantes. Fala então o CÉLIO GOLIN, dizendo ser
347 coordenador do Nuances, ONG fundada em 1991, em Porto Alegre, que trabalha as
348 questões de Direitos Humanos de Gays, Lésbicas e Transexuais. A minha estada aqui é
349 referente a denuncia que a gente recebeu da MARCELLY MALTA, que é uma travesti. É
350 presidente da Igualdade, que é uma Associação de Travestis e Transexuais de Porto

351 Alegre, que sofreu uma agressão física no PAM 3 por seguranças terceirizados, da
352 Empresa Reação. Foi agredida dentro do PAM e teve a omissão de três técnicas, que
353 presenciaram a agressão. Duas auxiliares de enfermagem e uma enfermeira.
354 Protocolamos a denúncia no Conselho Municipal de Direitos Humanos, que retirou, como
355 proposta, que a Prefeitura de Porto Alegre rompa a parceria com a Empresa Reação.
356 Para esclarecimento de vocês, isto não é um fato isolado. Já aconteceu com outras
357 travestis no IAPI. Agressões de seguranças destas empresas mal qualificadas pela
358 prefeitura acontecem em diversos locais da cidade, como no Mercado Público, em
359 relação aos garotos de rua, prostitutas, que freqüentam aquele local. Há uma política
360 higienista muito forte, uma repressão muito grande em relação a estas pessoas mais
361 vulneráveis socialmente. A Nuances tem um Centro de Referência de Direitos Humanos
362 que é um convênio especial junto a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da
363 República, que trata das questões de discriminação por orientação sexual na cidade de
364 Porto Alegre. Recebemos de 50 a 60 denúncias por mês, tratando deste tema.
365 Recebemos a denuncia da MARCELLY. A encaminhamos. Um Processo por danos
366 morais, contra a empresa. E um processo criminal contra os seguranças que agrediram a
367 MARCELLY. Também denunciemos na 1ª Conferência Estadual de Direitos Humanos, no
368 dia 17, onde tiramos uma Moção de rompimento da Prefeitura com esta Empresa. A
369 MARCELLY está em Brasília participando da 1ª Conferência de Gays, Lésbicas, Travestis
370 e Transexuais que estará acontecendo a partir de hoje até domingo. Nós estamos aqui
371 para sensibilizá-los, porque trata também da questão da saúde, porque a MARCELLY
372 MALTA é uma funcionária pública da área da saúde, a 28 anos no estado e houve
373 envolvimento de profissionais da área de saúde, no caso profissionais técnicos de
374 enfermagem que se omitiram de tomar uma atitude. Também será enviada uma denúncia
375 ao Conselho Regional de Enfermagem. Esperamos assim que consigamos combater a
376 homofobia em Porto Alegre, porque isso não pode acontecer. Retoma a Coordenadora
377 MARIA LETICIA, repassando a palavra para a Psicóloga JANE KNIJINIK, que fará a
378 apresentação da Política de Humanização para Porto Alegre. Diz então a psicóloga JANE,
379 que é a Coordenadora desta Política na Secretaria Municipal da Saúde. A idéia da Política
380 surgiu a partir da Proposta do Ministério da Saúde de nós constituirmos um Comitê
381 Municipal de Humanização. Este Comitê existe e já vem funcionando desde 2006, com
382 vários representantes. Das Gerências Distritais, do Conselho Municipal de Saúde. Do
383 HPV, do HPS. Da Ouvidoria. Da Equipe de Desenvolvimento. Da Assessoria de
384 Comunicação da Secretaria. Estamos trabalhando desde 2006 em prol da oficialização de
385 uma Política de Humanização. A minha presença aqui, apresentando a nossa proposta é
386 para que a gente possa ter a oficialização desta Política. Tenho participado
387 semanalmente, na ASSEPLA, junto com outras políticas. A nossa ainda não é oficial. E o
388 que nós queremos é de que a Humanização seja também uma Política Oficial de nosso
389 município. Passa a Dra. JANE, através de power point, a apresentar a proposta de
390 Humanização para o Município (apresentação em cópia anexada à esta ata, arquivada na
391 Secretaria do Conselho). Após a apresentação passam a manifestar-se, os conselheiros.
392 Inicia pela Conselheira ZILDA MARTINS que ressalta que esta Política de Humanização
393 teve um grande investimento a nível de Ministério da Saúde. Vejo que a proposta é muito
394 bonita, mas na prática ela é muita dissociada do proposto. Vejo haver um avanço, em
395 nível de proposta, com estes Comitês nas Gerências. Este na verdade foi um pleito em
396 nível de Brasil, pela população. Fundamentalmente vejo da necessidade do compromisso
397 do Gestor. Manifesta-se o Conselheiro ALBERTO TERRES, conselheiro do SIMPA e
398 também funcionário do Hospital Presidente Vargas. Concorda com a ZILDA. Parabeniza
399 pela apresentação da proposta, trazida aqui para o Conselho. Quando se fala em
400 Humanização, tem que se falar também a partir dos Trabalhadores. Os trabalhadores não

401 foram esclarecidos, capacitados, orientados o suficiente para fazer esta discussão com o
402 usuário. Infelizmente, hoje, a maioria dos trabalhadores não sabe o que significa o Sistema
403 Único de Saúde. Não sabem como funciona o SUS. Isto é uma coisa importante que
404 temos de trabalhar para que o Trabalhador entenda o papel dele como servidor. Inúmeras
405 vezes tu colocou na capacitação do trabalhador em qualificação. Mas aí o Gestor não
406 quer isso. E aí temos uma Instrução Normativa 04/2008, do Dr. ELISEU SANTOS, de 30
407 de abril, onde ele proibiu, por 180 dias, que os servidores participem de qualquer evento
408 de capacitação. E aí todo o trabalho que tu fez com tua Equipe não vale pois vem o
409 Secretário e aplica esta Normativa. Com a justificativa de que não tem servidor. Se não
410 tem servidor, este servidor que está aí não pode sair para capacitação. Então, primeiro
411 tem de ser acordado isto com o Gestor. Preocupa-me, pois tu apresentou de uma
412 maneira excelente a proposta, mas temos muito assédio moral na saúde, e no Hospital
413 Presidente Vargas tem assédio moral. Eu sofri assédio moral pelas chefias. Tem vários
414 funcionários que reclamam lá e na hora de nós fazermos, vamos ver que é o mais bonito,
415 quem é o mais legal. Quer dizer, tem de conversar com o trabalhador. Envolver o
416 trabalhador nesta discussão e suas entidades tem de estar sempre construindo isto
417 contigo e tentar envolver o trabalhador, porque ele não está envolvido mesmo. Alguns
418 talvez. Fala o Senhor CELIO GOLIN, complementando em relação ao caso apresentado
419 da MARCELLY, que a atitude da Secretaria Municipal da Saúde, da Prefeitura Municipal
420 de Porto Alegre, foi proibir os funcionários de falar e comentar sobre o caso. Inclusive
421 proibindo de dar entrevista na televisão. Os próprios repórteres tinham marcado entrevista
422 com funcionários e após receberam informação que não poderiam mais gravar. Em
423 relação a esta questão do atendimento, já que estamos falando de Humaniza SUS, o que
424 a gente coloca é que temos como bandeira a questão, principalmente, das lésbicas e
425 travestis, o mau, péssimo atendimento que tem, na saúde, nos hospitais e Pronto
426 Socorro. Tanto que as travestis e as lésbicas não procurem os serviços de saúde pois
427 tem todo o constrangimento dos atendimentos, chamados pelo nome masculino, que é
428 um desrespeito, pois elas se reconhecem pelo gênero feminino. A questão das lésbicas,
429 o desconhecimento dos profissionais da área da saúde das questões mais específicas
430 que envolve as mulheres lésbicas. Então, são questões recorrentes do movimento, no
431 Brasil e a gente vem reivindicando isto a muito tempo e a área da saúde é uma área que
432 deixa muito a desejar. E deixo um exemplo claro. Recebemos uma denúncia, que
433 aconteceu, de que uma transexual que já havia feito a cirurgia de mudança de sexo,
434 ficou doente e foi no Hospital Conceição, a um ou dois meses, e foi internada na ala
435 masculina porque na identidade ainda estava o nome masculino. Ficou totalmente
436 constrangida. Nós procurou. Entramos com ação no Ministério Público Federal. O Hospital
437 teve o bom senso de trocá-la de ala. E numa iniciativa interessante, o Hospital Conceição
438 nos chamou para uma reunião na semana passada, para discutir os procedimentos de
439 atendimento as transexuais de Porto Alegre. Então deixo meu registro que em relação ao
440 Humaniza SUS, em relação a esta população falta muito e isto impede que as pessoas
441 procurem o acesso a saúde. Fala então a psicóloga JANE, referindo-se que o acesso ao
442 Gestor, desde o início, quando me convidaram para vir para cá, e porque que eu vim
443 coordenar a Política de Humanização? Porque eu Coordenava o Grupo de Humanização
444 do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, composto por colegas. Houve uma época,
445 entre 2002 a 2006, que nós mantínhamos um grupo, que existe até hoje. Nós nos
446 encontrávamos semanalmente para discutir as necessidades do Hospital. Para mim
447 mudanças ocorreram em função deste Comitê. Uma das mais simbólicas aconteceu
448 quando chegou uma pessoa, uma vez, e comentou que trabalhava com técnicos na
449 Pediatria. Disse que via os pais perdendo o seu dia inteiro de trabalho, para visitar os
450 filhos, pois o horário de visita é no horário do almoço. E aí tem de pedir dispensa do dia

451 todo. Um colega que também é técnico e trabalhava na obstetrícia disse que lá havia dois
452 horários, o do almoço e no fim da tarde. Porque a pediatria não adota isso? Levei a idéia
453 ao Coordenador da Pediatria e ele disse que nunca haviam pensado nisso. É
454 completamente possível. Então, hoje o HPV tem dois horários de visitas. E por ai vai. A
455 nossa idéia é montar uma Rede, onde cada Hospital, Pronto Atendimento, Gerência,
456 tenha um Grupo de Trabalho em Humanização. E que nós, juntos, vamos compor uma
457 Política de Humanização. Mas que cada um, em sua região, saiba das necessidades. Não
458 existe uma orientação única, para todos os locais. Então a nossa idéia é esta, estimular a
459 constituição destes grupos de trabalho de humanização. Que trabalhe de uma forma
460 independente em seu local, mas integrado a nós. Manifesta-se a Conselheira HELOISA
461 ALENCAR, que inicialmente pergunta qual objetivo de nós estarmos discutindo isso.
462 Que tenha uma necessidade de aprovação ou não. Se é somente uma discussão. Para
463 conhecimento do Conselho. Ou para oficializar a Política. Parece-me que está se fazendo
464 uma proposta de Política nesta altura do governo. Em junho de 2008, quando está
465 terminando a Gestão. Tivemos 4 anos e agora, justo em 2008 se traz uma proposta
466 desta. E numa Gestão que é o antiprojeto do Humaniza SUS. Esta Gestão que não
467 reconhece o Conselho de Saúde como Controle Social. Uma Gestão que diz para a
468 usuária que tem de procurar o Portal da Saúde para fazer alguma coisa. A minha dúvida é
469 esta. Acho importante que a gente possa debater, sim. O Conselho de saúde recebe
470 diariamente uma série de reclamações, de maus tratos, nas Unidades de Saúde. Tudo
471 falta de sensibilidade para lidar com a população sofrida, que procura o Posto de Saúde.
472 Como vai se reduzir fila? Tem uma proposta de um encontro para discutir a regionalização
473 das consultas especializadas. Isso é inviável. Num encontro não vai se fazer nada. Onde
474 está o Projeto de Regionalização da cidade que foi aprovado em 2004. Que nunca foi
475 implementado. E não vai ser a Política de Humanização, o Grupo da Humanização que vai
476 fazer a Gerência de Regulação de Serviços, que sequer desce aqui para conversar sobre
477 o “mentirão” que passou 2 anos enganando a população de que ia reduzir filas, para
478 prestar contas no conselho. Acho que temos uns equívocos. Não acho o Projeto ruim em
479 si, mas temos equívocos. O Projeto de Acolhimento foi destruído. Era um Projeto que
480 durou um ano e trouxe avanços importantes. Na relação dos trabalhadores com a
481 população. Os trabalhadores e as equipes se conversavam entre si. Diminuíram-se filas
482 em um monte de lugar. Agora está tudo de volta. As 5 horas da manhã. Outro dia ligaram
483 para cá, numa segunda feira, 8 fichas/dia. Para a terça feira, 5 fichas/dia. Se não tem
484 funcionário, porque não tem concurso? Já não tem auxiliar de enfermagem para fazer
485 vacina. A taxa de vacina é maior do que a que aparece nos registros. Porque? Porque não
486 tem funcionário. Hoje ele está na vacina, amanhã aplicando injeção, outro dia fazendo
487 nebulização. Volto a dizer que não entendi o que estamos discutindo hoje. Fala o Senhor
488 PEDRO RIBEIRO, dizendo que estamos com a segunda colega, aqui, hoje, que tem de
489 desenvolver um trabalho como a anterior que disse que temos que definir coisas, que
490 não acontecem. Nós trabalhadores da saúde, apesar de tudo estamos trabalhando, mas
491 dependemos disso que foi falado, que é uma decisão política do modo de gestão. Sobre a
492 agressão que ocorreu lá no PACS, pois sou trabalhador de lá, foi falado no rompimento
493 do contrato com a Empresa que faz segurança lá. Existe um responsável pelo contrato,
494 pelo gerenciamento daqueles recursos humanos ali terceirizados e de modo geral estas
495 pessoas respondem a uma cultura do local. Um trabalhador, como o vigilante, não se
496 opõe a cultura do trabalhador local. É raro isso. Então, se ele agride é porque há uma
497 permissão acima dele, para se comportar daquela maneira. Temos que buscar
498 responsabilizar quem estabelece a cultura. Manifesta-se a seguir o conselheiro OLIR
499 CITOLIN, que inicia perguntando, qual é o sistema que nos leva a ser desumanos? É
500 este sistema capitalista que está ai. Quando se fala em dar prêmio, promover, incentivar,

501 porque ele é o melhor, isto é o sistema capitalista, explorando, que alguns se saiam bem,
502 em detrimento dos outros. Isto está presente em cada um de nós no dia-a-dia. Somos
503 mais desumanos que os próprios animais. Vejamos o exemplo daqui. Onde está o Gestor,
504 que deveria estar aqui, sempre. Não está. Como é que se faz Humanização, quando são
505 desumanos. Não dá para trabalhar em Humanização. Quem trabalha em Hospital, e eu
506 trabalho no Grupo Hospitalar Conceição, sou um dos 7 mil funcionários daquela empresa,
507 que é privada e presta serviço público. Sempre “tocando pau” nos funcionários. Toda
508 hora. Fui eleito Chefe de Posto por 20 votos a dias passados. Nós temos eleições
509 democráticas. Isso é muito bom, de que os próprios funcionários escolham o seu chefe.
510 Que os usuários escolham o seu chefe, ou responsável pelo Posto. Que se acabe com
511 esta mamata de partidos políticos botar chefe ali dentro. De homens incompetentes, que
512 não conhecem nada. Fui eleito, e por ter ação na Justiça, contra o Grupo Hospitalar
513 Conceição, porque a 9 anos, vários Postos de Saúde do Grupo foram contaminados por
514 cloro fosforado. Entramos na justiça por acidente de trabalho. Veio a eleição e o que
515 aconteceu? Eu e mais 5 colegas, dos outros postos, por termos entrado na Justiça, não
516 podemos ocupar cargos de chefia. Entendem como é a Conceição? Como as coisas são.
517 Então, este é o Sistema Capitalista. Se quisermos Humanizar a Secretaria, fazer um
518 Projeto, temos que colocar “pessoas humanas”. E só para encerrar, temos no Posto
519 pessoas terceirizadas que fazem 12 horas por dia. Se pararem 5 minutos, tem alguém lhe
520 chamando atenção. Agora, se for um médico, um enfermeiro, um auxiliar, estes podem
521 ficar horas sem fazer nada, fazendo “hora-bunda” que ninguém vai lhe chamar atenção.
522 Fala a novamente a JANE KNIJINIK que respondendo à HELOISA do porque estarmos
523 aqui hoje. O Comitê de Humanização vem desenvolvendo suas atividades, trabalhando
524 encima de uma Política, até que nos demos conta de que esta Política não era oficial.
525 Porque para se oficial, uma Política da Secretaria, tem de passar pelo Conselho Municipal
526 de Saúde. O nosso Projeto já estava na pauta do Conselho desde o ano passado.
527 Começamos em 2006. Em 2007 fechamos as nossas propostas. Porque entre nós ele é
528 eterno. Insubstituível. Eu saio, me aposento, as colegas também e queremos deixar como
529 nossa herança uma Política Oficial dentro da Secretaria. Concordo com o Senhor. É uma
530 pena que a gente tenha de fazer uma política de humanização, não somente a nível
531 municipal, como nacional. Mas há necessidade. Então é dentro desta idéia, de que
532 ninguém é insubstituível. Muda governo e começa tudo do zero. Por isso que estamos
533 aqui. Sobre a aprovação pelos gestores, fui convidada por um gestor para trabalhar.
534 Então, desde o início o Gestor estava trabalhado, sensibilizado. Fiz reuniões de
535 Gerências Distritais, de Coordenadores. Para apresentar a Política. Após, fizemos a
536 capacitação dos servidores. E agora estamos apresentando para vocês. Houve toda uma
537 trajetória. Continuando, nas manifestações, fala a CLÁUDIA FELDMANN, conselheira
538 pelo Sindicato dos Enfermeiros. Concordo que realmente a Humanização tenha que ser
539 uma Política instalada. Não somente para alguns profissionais. Alguns querem, outros
540 não querem. Numa Equipe, metade pratica Humanização, outra não. Tem de ser uma
541 Política instituída pelo município que diz: “Os funcionários vão atuar desta maneira”. Para
542 que dê certo. Mas o que me preocupa é a sobrecarga que isto acarreta em alguns
543 profissionais da área de saúde. Alguns ficam “obrigados” a praticar a política de
544 humanização e outros não, sobrecarregando uma Equipe de Trabalho, como se viu
545 quando iniciou a política de humanização aqui no município. Há situações, em que tu
546 falaste sobre o profissional ou do profissional e isto é fundamental, porque, também,
547 alguém tem de nos ouvir. A gente ouve muito, e não vou entrar no mérito, que fui mal
548 atendido. Mas como aquele profissional está trabalhando? Em que condições? Alguém
549 está ouvindo ele? Alguém está acolhendo ele? Então, como acolher, se tu não é acolhido?
550 Isto deve ser pensado pois partimos muito na linha de questionamento do profissional.

551 Este tem seus problemas. Aproveito este momento e trago a denúncia da demissão da
552 Enfermeira MARINÊS, da Equipe de Saúde da Família do Jardim Cascata, que foi
553 demitida pelo Secretário ELISEU SANTOS, porque ela ousou chegar no carro e falar com
554 ele. No outro dia foi demitida. Enfermeira que trabalha desde 2003 em Saúde da Família,
555 em Porto Alegre. Nunca teve uma advertência escrita ou oral. Obrigado. Fala a seguir o
556 Senhor GUSTAVO dizendo inicialmente que o Estado tem um papel político diferente em
557 relação a população. O Servidor Público do Estado está representando os interesses do
558 Estado. No caso dos servidores terceirizados, do Centro de Saúde Vila dos
559 Comercários, eles estão representado uma empresa que visa o lucro e não estão
560 preparados para servir o público, a exemplo dos guardas do Mercado Público. Se
561 compararmos com a Guarda Municipal, veremos uma diferença muito grande de
562 tratamento, pois os servidores públicos tem uma capacitação melhor. Ou seja, temos de
563 discutir a tal de terceirização. Ver o que significa para a população e para o servidor. Fala
564 a seguir a Conselheira MARIA ENCARNACION, que representa o Conselho Municipal de
565 Saúde no Comitê de Humanização. Diz da dificuldade havida em sensibilizar o Gestor.
566 Está é uma Política Nacional. Não é invenção nossa. Quando a CLÁUDIA fala em
567 acolher, a maior preocupação nossa foi esta de como acolher o usuário e como o
568 trabalhador será acolhido. A reclamação que se ouvia era esta: temos de atender bem,
569 mas quem nos ouve. Foi a preocupação que todo o tempo tivemos. Deveria ser uma via
570 de duas mãos. O trabalhador sendo valorizado e o usuário bem atendido. Tem gerentes
571 que até agora não mandaram representantes porque até agora não acreditam na Política
572 de Humanização. Então entendemos que somente tendo uma Política, poderíamos cobrar
573 isso. Ninguém, hoje, é responsável por nada. Fala novamente a Psicóloga JANE KNIJINIK
574 reafirmando que faz parte se um grupo que está batalhando, além das atividades
575 normais. Ninguém abandonou suas tarefas. Sempre é tempo de nós humanizarmos e de nós
576 melhorarmos. Gostaríamos que tivesse uma aprovação aqui também, para tocar nosso
577 trabalho, com o apoio de todos vocês. Se há imperfeições, evidentemente que poderemos
578 mudar. Isto é um Projeto de pessoas que sentaram e tentaram acertar. A Conselheira
579 ZILDA DE MORAES MARTINS, como proposta de encaminhamento, diz que este Projeto
580 deve fazer parte de uma Política, que perpassasse uma Gestão. Que seja colocado no Plano
581 Municipal de Saúde. A coordenadora MARIA LETICIA, como encaminhamento, diz que
582 não temos quorum Solicitei a colaboração no início da Plenária. Não fui ouvida. Também
583 deixei a coisa andar. A nossa idéia era de que terminasse as 21:30 horas. Não foi
584 possível. Podemos encaminhar, da mesma forma que encaminhamos a Saúde do
585 Trabalhador, que não ficou esclarecido suficientemente. Meu encaminhamento é de
586 chamar a Gestão. A sua responsabilidade, para discutir esta Política, pois perpassa todas
587 as Políticas da cidade. A psicóloga JANE KNIJINIK diz que a Humanização faz parte do
588 Plano Municipal de Saúde. A Coordenadora MARIA LETICIA lhe responde, dizendo que a
589 discussão do Plano Municipal de Saúde está parada. Fizemos várias cobranças e não
590 obtivemos resposta. Esta é a proposta. Todos os Conselheiros de acordo. Chamamos
591 uma nova discussão, com a presença do Gestor. Agradecemos a presença de todos. Na
592 próxima Plenária apresentaremos o PAM (Plano de Ações e Metas da DST-AIDS). As
593 22:05 horas, a coordenadora MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA encaminha o
594 encerramento da Plenária, sendo lavrada a presente ata.

595
596
597
598
599
600

MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA
Coordenadora da Plenária

AURA MENDONÇA
Secretária

Ata aprovada na reunião Plenária do dia 26/06/2008.